



CONTY A-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 01, Nº 11 - 15 de Outubro de 2011

No Brasil, ocorrem 700 mil acidentes de trabalho por ano e 7 mortes por dia

Em 2009, cerca de 43 trabalhadores por dia foram afastados definitivamente do trabalho devido à morte ou invalidez. Acidentes de trabalho crescem no governo Lula e custam R\$ 57 bilhões ao país.

Por Érika Andreassy

Qual um bom indicador sobre a precariedade das condições de trabalho em um país?

Entre os vários possíveis, a saúde é um dos melhores. Neste aspecto, o Brasil está vivendo mais uma epidemia, mas esta é de acidentes de trabalho.

O Brasil registrou, em 2009, mais de 720 mil acidentes de trabalho, responsáveis pela morte de cerca de 2.500 trabalhadores, uma média de sete por dia, e que deixaram mais de 13 mil permanentemente incapacitados.

Outros milhares de trabalhadores adquiriram, em suas funções, doenças com as quais terão de con-

viver pelo resto de suas vidas. Os dados são do Ministério da Previdência e Assistência Social e constam do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho de 2009.

São números macabros e que, infelizmente, retratam as condições de saúde e segurança a que os trabalhadores brasileiros são submetidos.

Mas esses números podem ser ainda piores.

A subnotificação

É notoriamente conhecida a tendência de muitas empresas de não notificarem os acidentes e doenças do trabalho o que tornam as estatísticas subavaliadas. O próprio INSS

reconheceu entre 2007 e 2009, 541.238 acidentes de trabalho sem CAT, ou seja, 25% do total de 2.138.955 registros contabilizados no período.

Por outro lado, as estatísticas do Ministério só englobam os trabalhadores da economia formal que possuem carteira assinada e contribuem para o INSS, por essa conta ficam de fora mais de 45 milhões de trabalhadores informais e que não contribuem para a previdência social.

O Contra-corrente desta quinzena vai analisar o lado oculto do crescimento econômico do país, que promove mutilação, invalidez e mortes.

Assine

CONTY A-CORRENTE

Anual (24 edições):

5X R\$ 200

Semestral (12 edições):

3X R\$ 200

Trimestral (06 edições):

2X R\$ 200

ilaese@ilaese.org.br

Acidentes de trabalho crescem no governo Lula

Entre 2003 e 2009, o INSS registrou mais de 4 milhões de acidentes de trabalho

A primeira década do século 21 trouxe consequências nefastas para a saúde dos trabalhadores brasileiros.

Neste período, houve a reversão da tendência de queda nos registros de acidentes de trabalho.

Desde 1975, os registros vinham decrescendo de forma gradual e atingiram seu menor índice em 2001 (340.251 acidentes).

A partir daí, as ocorrências voltaram a subir. Somente entre 2003 e 2009, ou seja, durante o primeiro e o penúltimo ano de mandato do presidente Lula, houve 4.007.327 acidentes de trabalho registrados pelo INSS.

Considerando apenas os dados de 2009, o aumento em relação a 2001 foi de mais de 112%. Isso significa uma explosão do número de acidentes por trabalhador empregado que passou de 1,14% em 2001 para 1,76% em 2009.

Aumenta a exploração...

A retomada dos aci-

dentos e doenças relacionadas ao trabalho no Brasil está ligada a vários fatores.

Por um lado, as transformações operadas a partir da década de 1990, conhecida como reestruturação produtiva e caracterizada pela adoção de novos métodos de produção e de trabalho pelas empresas.

Os reflexos na saúde dos trabalhadores estamos assistindo agora, devido à intensificação brutal nos níveis de exploração, traduzida no aumento do ritmo de trabalho, excesso de jornada, polivalência, flexibilização de direi-

tos trabalhistas, terceirização, salários mais baixos, demissões e corte de custos.

Tudo isso tem levado os trabalhadores a produzirem cada vez mais, em menor tempo, ganhando menos e sob pressão constante das chefias e ameaça de demissões.

Por outro lado, as políticas do governo na

área de saúde e segurança do trabalhador são ineficientes, quando não jogam diretamente contra os trabalhadores.

Um exemplo é o desmantelamento da área de saúde e segurança do Ministério do Trabalho, iniciado durante o governo FHC e aprofundado no governo Lula.

...Aumentam os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

O governo vem propagando que a

Os acidentes de trabalho cresceram 112% entre 2001 e 2009

adoção do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), que estabele-

ce a correlação entre as causas de afastamento do trabalhador e atividade econômica da empresa em que trabalha, é o principal fator de aumento dos números de acidentes, pois contribui para a diminuição da subnotificação.

Entretanto, essa argumentação por si só não justifica esse aumento, já

que o NTEP passou a ser adotado apenas em 2007 e a tendência de crescimento vem desde 2002.

Além disso, em 2006, último ano em que a antiga metodologia foi empregada, o INSS contabilizou 512.232 acidentes de trabalho.

Em 2009, ou seja, três anos depois da adoção do NTEP, esse número cresceu para 723.452, dos quais 195.193 não possuíam CAT registradas e, portanto, não teriam sido incluídos na antiga metodologia.

Isso demonstra que, mesmo sem incluir os registros não notificados pelas empresas, houve crescimento no número de acidentes.

De acordo com a velha metodologia, teríamos tido 528.279 acidentes de trabalho, 16.047 acidentes a mais que em 2006.

E pra que não fique dúvidas, só em junho de 2011 o INSS concedeu 831.024 benefícios acidentários, um aumento de quase 4% em relação ao mesmo período do ano passado. ●

NTEP e FAP: benefício para os trabalhadores ou para as empresas?

O Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), que era para ser uma vitória dos trabalhadores, foi de tal forma desvirtuado pelo governo que acabou beneficiando as empresas. Já o Fator Acidentário Previdenciário (FAP) tem levado as empresas a camuflar os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho e assim reduzir em até 50% as alíquotas do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)

O NTEP estabelece a relação entre a atividade econômica da empresa e as doenças que ela provoca.

No entanto, isso foi desvirtuado pelo governo em favor das empresas, a ponto de que várias delas, sabidamente reconhecidas por lesionar seus trabalhadores, como as montadoras, ficaram de fora da lista que relaciona o NTEP.

Além disso, a Instrução Normativa no. 31 do INSS, que regulamenta o NTEP, abre brechas para que as empresas possam suspender o direito à estabilidade de emprego garantida aos trabalhadores lesionados, já que aquelas que não concordam com o nexos podem recorrer e suspender imediatamente o benefício acidentário concedido pela Previdência.

Assim, o “nexo automático” na qual as empresas é que teriam que provar que não lesionam,

perde efeito revertendo o ônus da prova ao trabalhador.

Além disso, em janeiro de 2010 entrou em vigor o Fator Acidentário Previdenciário (FAP), que prevê alíquotas diferenciadas do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) para as empresas que investem ou não em saúde e segurança dos trabalhadores.

Dessa forma, foi alterado o cálculo da contribuição paga pelas empresas à Previdência Social.

Antes, se recolhia uma taxa fixa sobre a folha de pagamentos para financiar aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. A taxa variava entre 1%, 2% ou 3%, conforme o Risco Ambiental do Trabalho (RAT).

A nova incidência do FAP funciona como um

multiplicador aplicado às três alíquotas do SAT, dado pelo nível de acidentalidade da empresa e calculado com base à 1) a frequência de acidentes de trabalho, 2) a gravidade dos acidentes e 3) os custos para a Previdência.

Governo cria brechas na legislação, beneficiando empresas e aumentando pressão para subnotificação de acidentes

Com o FAP, a empresa com alto índice de acidentes poderia ser penalizada em até o dobro da alíquota ou, no caso inverso, receber um desconto de 50% desse valor

Se a expectativa era incentivar as empresas a investir na prevenção de acidentes de trabalho, o tiro saiu pela culatra.

O que se tem assistido é uma corrida para camuflar os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Cada vez mais, os trabalhadores encontram dificuldades para terem

suas CATs abertas e para serem afastados do trabalho por doenças ocupacionais.

A crise econômica e saúde do trabalhador

Se o quadro já é grave, o impacto da crise econômica mundial na saúde do trabalhador deve piorar ainda mais.

A resposta das empresas e do governo vai no sentido de jogar a conta nas costas dos trabalhadores, com o aumento dos níveis de exploração e da jornada de trabalho, redução de direitos trabalhistas e previdenciários.

Enquanto o governo Dilma alega que a criação de um novo imposto para a saúde é para aumentar a verba da área, só este ano o orçamento da saúde sofreu um corte de R\$ 579 milhões.

E tudo isso com a ajuda inestimável das direções sindicais governistas. ●

Subnotificação atinge mais as mulheres

A primeira vista, poderíamos imaginar que, ao menos no que se refere aos acidentes de trabalho, a situação não é pior para as mulheres.

Essa impressão viria do fato de que as mulheres são minoria dos acidentes de trabalho registrados.

Conforme os dados contabilizados pelo INSS em 2009, as mulheres representaram 28% do total de acidentes de trabalho no país.

No entanto, esta

visão inicial se mostra equivocada, porque ela não percebe uma das características do machismo: a sua eficiência, muitas das vezes, é por se realizar de modo oculto.

No caso dos acidentes de trabalho, isso se ocorre literalmente.

Se considerarmos os acidentes sem registro de CAT, as mulheres passam a representar 34,68% do total, o que leva a crer que a subnotificação atinge mais as mulheres.

Outros dados corrob-

oram essa avaliação.

Por exemplo, enquanto que no setor da indústria, 20,63% dos acidentes contabilizados não tiveram CAT registrada em 2009, esse percentual no setor de serviços, onde predomina a força de trabalho feminina, foi de 26,27%.

Na própria indústria essa diferenciação está presente.

Enquanto que na construção civil, setor majoritariamente masculino, os acidentes sem CAT

registrada totalizaram 24,83%, na indústria têxtil e de confecções, setor predominantemente feminino, esse percentual atingiu 30,72%.

Já no setor de serviços, enquanto que o subgrupo de comércio e reparação de veículos apresentou 27,84% de acidentes sem CAT registrada, no subgrupo de alojamento e alimentação, essa porcentagem foi de 31,95%. •

Por trás dos números, vidas ceifadas

Muitas vezes, quando pensamos em acidentes de trabalho, imaginamos empresas pequenas, marcadas pelo imprevisto, com baixa organização sindical e poucas condições de investir em segurança do trabalhador.

No entanto, este não é o caso do Brasil. Empresas líderes no seu ramo, com grande capital e alto investimento em tecnologia, convivem regu-

larmente com acidentes e mortes no trabalho.

No dia 11 de junho de 2011, o trabalhador Gutemberg Lima de Oliveira foi atingido no peito por uma tubulação de oito polegadas e morreu.

Gutemberg tinha 45 anos e realizava um serviço de substituição de dutos no Ativo de Produção Norte da Petrobrás, em Araçás, na Bahia.

O acidente ocorreu

pela manhã e pouco repercutiu na imprensa.

Em abril, outro trabalhador também perdeu a vida a serviço da Petrobrás.

Ao todo, três trabalhadores morreram este ano em acidentes registrados em instalações da Companhia. Todos terceirizados.

Já no dia 01 de setembro, Vinícius Machado Mendes morreu vítima de um acidente de trabalho

na fábrica da Embraer, em São José dos Campos/SP.

Vinícius tinha apenas 29 anos teve a cabeça prensada por uma porta de aço semiautomática.

Mais do que números, esses trabalhadores são pessoas que tiveram suas vidas ceifadas em nome da ganância das empresas, num sistema onde o lucro vale mais que a vida. •